

Sistema de Indicadores de Políticas de Inclusão

José Miguel Nogueira

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Resumo executivo

A informação estatística existente a respeito das condições de vida das pessoas com deficiência (PCD) em Portugal, além de escassa, encontra-se dispersa sectorialmente, não sendo harmonizada conceptualmente, o que dificulta a sua leitura e, conseqüentemente, a avaliação e monitorização do impacto das políticas públicas de inclusão. Ora, o projeto SIPI foi desenhado exatamente com objetivo de mitigar esta lacuna.

Principais resultados

Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos ao nível das políticas de inclusão, as pessoas com deficiência continuam a sofrer exclusão e discriminação em várias vertentes, sendo as mais expressivas no âmbito do emprego, acessibilidade, transportes e saúde. Face aos preocupantes resultados que o painel das pessoas com deficiência no âmbito do SIPI evidencia, torna-se premente a continuação futura do projeto, enquanto ferramenta científica de apoio à boa tomada de decisão política neste setor.

Recomendações

Recomenda-se a institucionalização do projeto, consolidando e robustecendo a parceria com o INR, I.P e outras entidades privadas. Salienta-se ainda o reforço das seguintes medidas de política pública: i) Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI), Contrato de Emprego Apoiado; iii) Prestação Social de Inclusão (PSI). Por último e face aos resultados obtidos no campo da discriminação, recomenda-se o desenho e implementação de uma campanha nacional e transversal de sensibilização para o combate à discriminação sobre este grupo populacional.

Destinatário: Gabinete da Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão.

Introdução

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD), especialmente no artigo 31º, recomenda a criação de um sistema de indicadores que permita monitorizar o impacto das políticas públicas nas condições de vida das pessoas com deficiência. Porém, esta

recomendação ainda não foi implementada em Portugal.

A informação produzida através de dados estatísticos a respeito das condições de vida das PCD é essencial para a monitorização das políticas públicas em vigor, bem como para a implementação de novas políticas. Porém, a

atual escassez e dispersão dos dados existentes limita a compreensão do fenómeno, prejudicando a avaliação e monitorização do impacto das políticas públicas de inclusão nesta população.

Com o intuito de preencher esta lacuna, este projeto-piloto de natureza colaborativa propõe a construção de um sistema de indicadores a

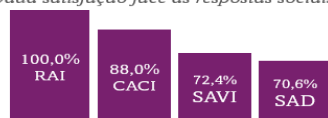
ser alimentado por: i) dados administrativos recolhidos através das entidades públicas e privadas detentoras dos dados; ii) painel de pessoas com deficiência (acima dos 14 anos), que capta as condições de vida e a perceção da sua realidade através da perspetiva das próprias PDC; iii) painel das famílias, que permite avaliar o impacto da deficiência no agregado familiar.

Principais resultados

Este projeto colaborativo contou com a colaboração de 29 instituições públicas, 26 Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência (ONGPDs) e 16 outras entidades. O sistema de indicadores foi construído através de grupos focais, os quais contaram com a colaboração de peritos e com os contributos de ONGPDs de referência nacional. Dados sobre os indicadores foram solicitados às respetivas entidades públicas e privadas. O painel das pessoas com deficiência (PDC) contou com a participação de 731 respondentes, valor muito superior ao planeado (100 casos).

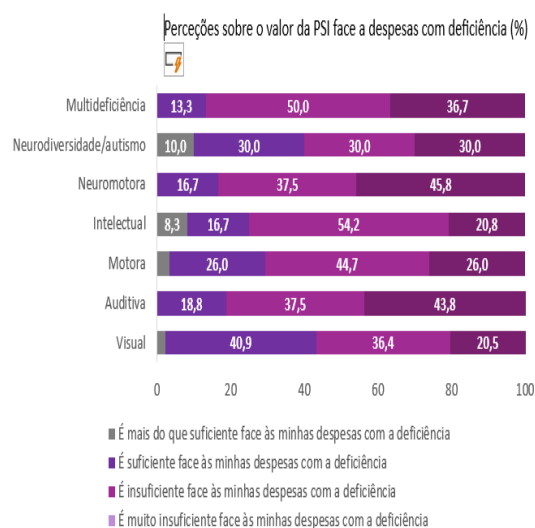
Os resultados preliminares do painel das PCD mostram que os inquiridos estão globalmente satisfeitos com as respostas sociais (RAI, CAVI, SAVI, SAD)¹, proporcionados no âmbito da proteção social.

Elevada satisfação face às respostas sociais:



Porém, em termos de prestações monetárias, o valor da Prestação Social para a Inclusão (PSI) auferido é insuficiente (ou muito insuficiente) para fazer face às despesas com

a deficiência, em média para 69,2% dos inquiridos. Esse padrão é registado em todos os tipos de deficiência.



Quanto ao rendimento líquido mensal, 38,1% dos inquiridos auferem menos do que o valor do salário mínimo, incluindo quem recebe o PSI.

No âmbito do emprego, os dados da amostra evidenciam uma menor taxa emprego permanente (37,7%) e uma maior taxa de

¹ RAI - Residência de Autonomização e Inclusão; CAVI - Centros de Apoio à Vida Independente; SAVI – Serviço de

Apoio à Vida Independente; SAD - Serviço de Apoio Domiciliário.

desemprego (12,8%) face à população em geral.

No que respeita à educação, os inquiridos encontram-se satisfeitos com os apoios e adaptações disponíveis (73,7%), mas estão pouco satisfeitos com os Planos Individuais de Transição (PIT) (78,2% o consideram inexistente ou insuficiente), as ferramentas disponíveis (58,3%), formação dos professores (58,3%), número e preparação técnica de profissionais especializados (34,8%), etc.

Relativamente às acessibilidades, mais de metade das PCD está insatisfeita com as acessibilidades digital (aproximadamente 66%), física (aproximadamente 60%) e comunicacional dos serviços públicos e dos transportes públicos (especialmente nos autocarros, metro e comboio, como mostra o quadro abaixo).

	Autocarros	Metro	Comboio
Acessibilidade física má ou muito má	69,3%	56,6%	61,3%
Acessibilidade comunicacional má ou muito má	60,1%	53,1%	54,2%

No que respeita à saúde, a opinião de 68,8% dos inquiridos é a de que o SNS se encontra

pouco preparado para responder às necessidades das pessoas com deficiência.

No âmbito da acessibilidade à habitação, 54,3% referem que o acesso à sua habitação não é acessível.

A generalidade dos inquiridos encontra-se satisfeita com os serviços prestados no âmbito do Sistema de Atribuição de Serviços de Apoio (SAPA). Contudo, demonstram descontentamento com um tempo de espera demasiado longo (41,4% esperou mais de um ano pelo acesso ao apoio solicitado e 24,3% esperou entre 6 meses e um ano).

Relativamente à sua participação social, observa-se a insatisfação dos respondentes, sobretudo face às dificuldades acrescidas no acesso ao associativismo (59,6%) e na vida política e partidária (70,2%), bem como da escassa oferta lúdica, cultural (56,3%) e desportiva (62,9%) acessível/adaptada em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos. Os dados recolhidos também evidenciam que as pessoas com deficiência que integraram o presente painel consideram que têm sido alvo de discriminação, nos diversos contextos da vida social e quotidiana (41,6% no emprego; aproximadamente 70% nas acessibilidades e 45% na saúde, etc.).

Recomendações

- Institucionalização do projeto e reforço da parceria com o INR, I.P. numa lógica de futura sustentabilidade financeira, encontrando uma ou várias fontes de financiamento para o projeto;
- Reforço das seguintes medidas de política pública: i) Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI), Contrato de Emprego Apoiado; iii) Prestação Social de Inclusão (PSI).
- Por último e face aos resultados obtidos no campo da discriminação, o desenho e implementação de uma campanha nacional e transversal de sensibilização para o combate à discriminação sobre este grupo populacional.

Conclusões

Este projeto piloto apresentou resultados que demonstram a situação de vulnerabilidade em que a generalidade das PCD se encontra. A elevada participação das PCD no painel, bem como o envolvimento das ONGPDs, familiares das PCD, e outras entidades, demonstram a

utilidade e a necessidade da recolha e produção de dados estatísticos sobre as condições de vida destas pessoas. Face ao sucesso do desenho e implementação da metodologia inovadora do SIPI, bem como da sua exequibilidade testada ao nível da recolha

de informação quer junto dos serviços da administração pública, quer junto das pessoas com deficiência e suas famílias, é para a equipa de investigação do Iscte evidente que este projeto-piloto terá que ser

institucionalizado para continuidade futura. Os dados agora recolhidos e analisados constituirão uma ferramenta científica essencial de apoio à boa e informada decisão política.

Referências

ONU (2007). Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (versão em língua portuguesa) . Disponível em: <https://www.inr.pt/documents/11309/44742/Conven%C3%A7%C3%A3o+sobre+os+Direitos+da+Pesso>

[as+com+Defici%C3%Aancia/7601dc72-a4a6-4631-b9a2-b37b11fe571e](https://www.inr.pt/documents/11309/44742/Conven%C3%A7%C3%A3o+sobre+os+Direitos+da+Pessoas+com+Defici%C3%Aancia/7601dc72-a4a6-4631-b9a2-b37b11fe571e)

COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

Nogueira, J. M. (2026). *Sistema de Indicadores de Políticas de Inclusão*, S4P-23 Policy Brief 5493/2023. PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.

CONTACTO

science4policy@planapp.gov.pt

COPYRIGHT

© PLANAPP, 2026

 [Ciência para as políticas públicas](#)

 [PLANAPP](#)

 [Newsletter](#)

 [PLANAPP](#)

 [@planapp](#)

 [PLANAPP podcasts](#)



cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia



Este *policy brief* foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP), em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Linha temática S4P-23/06: As Pessoas Primeiro / Dimensões emergentes da pobreza.